



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

MINISTRA DA CULTURA

ORÇAMENTO DO ESTADO 2019

09 PROGRAMA ORÇAMENTAL DA CULTURA

30 DE OUTUBRO DE 2018

Índice

1. CULTURA – COMPROMISSO PRIORITÁRIO	3
1.1. Aumento de dotação nas diversas áreas.....	3
1.2. Garantir a transversalidade e os valores da Cultura	4
3. PROGRAMA ORÇAMENTAL.....	8
3.1. Entidades integradas no Programa Orçamental da Cultura.....	8
3.2. Orçamento de Receitas Gerais	9
3.2.1 Entidades e Áreas de intervenção	10
3.3. Orçamento Global	12
3.3.1. Fontes de Financiamento	13
3.3.2. Entidades e áreas de intervenção	14
3.3.3. Tipo de serviço e orçamento	18
3.3.4. Natureza da Despesa	19
ANEXO I – ORÇAMENTO DE RECEITAS GERAIS POR ENTIDADE 2019 E 2018.....	20
ANEXO II – ORÇAMENTO TOTAL POR ENTIDADE 2019 E 2018	21

1. CULTURA – COMPROMISSO PRIORITÁRIO

Em 2019, prosseguimos o caminho de valorização da Cultura enquanto área prioritária da governação e instrumento fundamental para a construção do modelo de desenvolvimento que queremos para o país.

Inverter o acentuado desinvestimento na *Cultura* que marcou a legislatura anterior era imperioso – com uma quebra de 35% entre 2011 e 2015.

Na presente legislatura, o **orçamento para a Cultura aumentou 38%**. Em 2019, representa mais um valioso reforço na trajetória de crescimento (+ 13% face a 2018),

de investimento e de consolidação das estruturas públicas da Cultura, num eixo plural de apoio às Artes, à criação artística e à valorização do património com o objetivo de garantir um acesso cada vez mais democrático à Cultura, garantido por medidas como a redução do IVA nos espetáculos culturais, de 13 para 6%.

Prosseguimos a nossa aposta no processo de descentralização em curso dos equipamentos culturais, que contribui definitivamente para a promoção da coesão territorial. Muito desse esforço foi feito, desde o início da legislatura, com a reposição do normal funcionamento dos organismos, a correção de situações de suborçamentação e a aposta no crescimento do valor das instituições culturais.

Cultura para os cidadãos. Foi por aí que começámos, num trabalho que tem, necessariamente, de ser desenvolvido em rede, assente em parcerias várias entre o Estado central, a administração pública local, privados e cidadãos. São os cidadãos o início e o fim do processo que temos vindo a construir e a desenvolver.

A qualificação dos serviços e das políticas públicas para a Cultura é um trabalho interdisciplinar e contínuo com a Educação, o Ensino Superior, os Negócios Estrangeiros, a Economia, o Turismo, a Ciência, a Tecnologia, o Ambiente, o Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e/ou a Administração Local.

1.1. Aumento de dotação nas diversas áreas

Agilizar a gestão do património, através de um modelo jurídico que garante maior autonomia de gestão aos Museus, Palácios, Monumentos e Sítios Arqueológicos na dependência da tutela;



Valorizar o Património material e imaterial, instalar o Museu Nacional da Música no Palácio Nacional de Mafra e inaugurar o 15º Museu Nacional – Museu da Resistência e da Liberdade, em Peniche;

Reforçar o **investimento nas Artes** mediante a criação do Fundo de Aquisições de Obras de Arte de Artistas Contemporâneos Portugueses e o incremento nos orçamentos destinados ao apoio às artes e aos Teatros Nacionais e Companhia Nacional de Bailado;

4 Implementar o **Plano Nacional das Artes**, proporcionando ao público escolar experiências estéticas e artísticas de forma continuada numa ligação estratégica com o Plano Nacional de Leitura e o Plano Nacional de Cinema;

Facilitar um acesso plural à Cultura. Implementar o Selo de Mérito Cultural para as livrarias e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços em Bibliotecas Públicas (PADES). Alargar a digitalização e disponibilização de obras e arquivos (DGLAB e BNP) e implementar o Arquivo Sonoro Nacional. Na Comunicação Social, promover mais dois canais da TDT e rever o contrato de concessão da RTP;

Redução do IVA dos espetáculos da taxa intermédia para a taxa reduzida.

1.2. Garantir a transversalidade e os valores da Cultura

Quatro orçamentos para a Cultura. Temos muito para fazer. Mas não podemos deixar de sublinhar o trabalho que já foi feito.

Ao longo da legislatura, nas mais diversas áreas - Património, Artes, Livro, Arquivos e Bibliotecas, Comunicação Social – a par da estabilização das estruturas e dos equipamentos de referência, desenvolvemos uma estratégia de crescimento. Repusemos e superámos os níveis de financiamento em diversas áreas estratégicas para o setor e encontramos soluções para problemáticas que se arrastavam, em muitos casos, há, pelo menos, uma década.

Património

No Património, foram feitos avanços significativos na construção de uma política nacional para as coleções artísticas e patrimoniais, públicas e/ou privadas, residentes no país. Nesta dimensão, é importante lembrar o trabalho já realizado pelo Ministério da Cultura ao renegociar a permanência da Coleção Berardo no Centro Cultural de Belém, ao assegurar a incorporação na DGPC da Coleção de 85 obras de Joan Miró e ao comprar seis pinturas de Maria Helena Vieira da Silva que, integradas no património da DGPC, continuarão em exposição permanente na Fundação Árpád Szenes-Vieira da Silva.

Foi firmado igualmente um acordo com o Novo Banco para a manutenção à fruição pública dos quatro pilares da coleção: Pintura, Numismática, Fotografia e Biblioteca de Estudos Humanísticos. Finalmente, já em 2018, foi adquirida para o Museu Nacional de Arte Antiga uma pintura de Álvaro Pires de Évora, pintor do século XV de origem portuguesa que ainda não se encontrava representado no nosso principal museu de arte.

Ainda no Património, foi concluído o Projeto de Museografia do Museu dos Coches e iniciada a construção da Ponte Pedonal, ficando assim fechado o projeto de arquitetura.

O restauro dos Carrilhões de Mafra e dos seis órgãos da Basílica, o primeiro num impasse há 14 anos, viu luz verde para avançar.

Na senda das problemáticas que se arrastavam há mais de uma década, foi assegurada a transferência do espólio do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS) para Xabregas, dotando a Arqueologia Náutica de uma solução e de um centro de investigação definitivo, que nunca deteve. Com o objetivo de inaugurar no dia 27 de abril de 2019 o 15º Museu Nacional – Museu da Resistência e da Liberdade, em Peniche – foi concluído o concurso de arquitetura.

Livro

A par do Património, apostámos na valorização da criação literária e do apoio às edições, à tradução e à participação em feiras internacionais, iniciativas que contribuem de forma ampla para o desenvolvimento do setor livreiro e de uma oferta editorial diversificada com o objetivo mais macro de atingir novos públicos e leitores.

Nessa ótica, reativámos a atribuição de Bolsas de Criação Literária, interrompidas há 15 anos, por considerarmos tratar-se de um programa fundamental para o fomento da produção de obras literárias. Criámos em 2017 o Prémio Design de Livro e, em 2018, o Selo de Mérito Cultural para as Livrarias, e implementámos um programa de promoção das literacias assente no apoio à criação de redes de bibliotecas de âmbito regional junto das Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas, com particular impacto também na renovação da Rede Nacional de Bibliotecas de Públicas.

Artes

Nas Artes implementámos um Novo Modelo e, nesta legislatura, o investimento no setor ultrapassou o patamar de 2009, atingindo, em 2019, 23,8 milhões de euros. Este montante global de apoios corresponde a um aumento de 74% em comparação com 2015. O novo modelo permitiu, assim, reforçar o orçamento para as artes, aumentar os montantes de apoio plurianual para cada entidade, abranger mais áreas artísticas e integrar, pela primeira vez, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, numa visão de coesão territorial e de acesso transversal.

O próximo ano será marcado por mais uma aposta central nas artes. O Plano Nacional das Artes, desenvolvido pelos ministérios da Cultura e da Educação, tem como ambição garantir ao público escolar acesso continuado a experiências estéticas e artísticas e o desenvolvimento de competências e qualificações criativas. Numa ligação estratégica com o Plano Nacional de Leitura e o Plano Nacional de Cinema, fomenta a expansão dos programas educativos das instituições culturais nas escolas. Em fase inicial de implementação, terá um orçamento de 368 mil euros para 2019.

Cinema

No Cinema, criámos o Fundo de Apoio ao Turismo Cinema e Audiovisual, com uma dotação de 50 milhões de euros, incluindo 10 milhões de euros de incentivos à captação de filmagens em Portugal. Este é um instrumento fundamental para o desenvolvimento da indústria do cinema,

desenhado pela Cultura e pela Economia. Reforça a competitividade de Portugal enquanto local de produção cinematográfica e audiovisual e estimula a atividade dos produtores e coprodutores nacionais.

Também aprovámos o novo Decreto-Lei do Cinema e Audiovisual que consagra novas regras para desenvolver e proteger o cinema e o audiovisual. Este novo diploma simplifica os concursos, diminui os prazos de candidatura e torna o processo de seleção mais transparente.

6 Na Música, foi definido pela primeira vez um estatuto próprio para as orquestras regionais. O Decreto-lei 57/2018 estabelece as condições para a atribuição de financiamento por parte do Estado ao desenvolvimento da atividade destas estruturas e reforça a vocação de serviço público das Orquestras Regionais. Permite alargar o acesso à música erudita a todo o território nacional, contribuindo para a coesão social e para a qualificação dos portugueses. Já no âmbito da inventariação e da conservação e restauro do património fonográfico, bem como da sua divulgação pública, designadamente em suporte digital, tem decorrido um processo consultivo, em colaboração com a Secretaria de Estado da Ciência e Ensino Superior, para a implementação do Arquivo Sonoro Nacional, prevista para o último ano da legislatura.

Teatros Nacionais

No Teatro, aprovámos os contratos-programa a assinar entre o Estado e o Teatro Nacional D. Maria II, o Teatro Nacional São João e o OPART, Organismo de Produção Artística – que gere o Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado –, para o triénio de 2018-2020. Esta resolução permite assegurar um quadro estável de financiamento plurianual e criar uma política transversal para os Teatros Nacionais e para a Companhia Nacional de Bailado, bem como regularizar a inexistência deste instrumento desde 2009 – data do primeiro e único contrato-programa celebrado com estas entidades.

Outras áreas da cultura

Damos igual destaque ao 365Algarve, programa para a criação artística e a oferta cultural que dinamiza a região nos meses de época baixa. Com um investimento acumulado de 4,5 milhões de euros desde 2016, este projeto de parceria entre os ministérios da Cultura e da Economia é um incentivo à cooperação entre as estruturas culturais locais e as empresas, usando o território como ponto de partida e centro de atração de visitantes.

Avançámos igualmente com a consignação de 0,5% de IRS para a Cultura. Com a publicação da Portaria n.º 22/2017, de 12 de janeiro, qualquer cidadão passou a poder consignar 0,5% do seu IRS a entidades culturais que estejam inscritas para o efeito. Com esta medida, os contribuintes podem definir que parte dos seus impostos já liquidados seja encaminhada para a instituição da sua preferência, sem qualquer pagamento adicional.

Na nossa estratégia para a área Internacional aprovámos dois Programas Indicativos de **Ação Cultural Externa**, o segundo no ano corrente, resultado da implementação da Resolução do Conselho de Ministros que promove uma ação concertada entre as várias entidades com competências na internacionalização da cultura portuguesa, com linhas prioritárias. A presença nacional na Feira do Livro de Madrid, nas Bienais de Veneza e, no final de 2018, na Feira Internacional do Livro de Guadalajara são exemplos notáveis dos resultados obtidos com este

novo modelo de articulação entre as áreas da Cultura e dos Negócios Estrangeiros. Por ocasião da 2.ª Reunião dos Ministros da Cultura do Diálogo 5+5, acolhida por Portugal, foi aprovada a Declaração de Lisboa, consagrando a vontade política dos dez países para o aprofundamento das relações culturais e do diálogo intercultural entre os povos.

Também no quadro da Ação Cultural Externa está a ser preparada a presença portuguesa na China em 2019, na sequência do Memorando de Entendimento assinado entre os Ministros da Cultura dos dois países para celebração de Festivais de Cultura recíprocos. Portugal procurará, neste sentido, potenciar transversalmente a sua Cultura, ao longo do ano, na China, em parceria com outras áreas governativas.

Comunicação Social

No setor da Comunicação Social, a RTP detém atualmente um financiamento estável e foi recentrada na lógica do serviço público, com uma forte componente educativa e cultural e uma lógica de programação diferenciada dos privados.

A LUSA, Agência de Notícias de Portugal, detém atualmente uma estratégia clara e definida, consubstanciada num contrato de prestação de serviços com o Estado que valoriza a missão pública que lhe está atribuída. Assegurámos um significativo aumento de recursos humanos, a par do financiamento adequado, sendo-lhe atribuída uma indemnização compensatória com um aumento de 20,3% face a 2015, atribuída a 3 anos.

A nossa missão não se esgotou, contudo, na sustentabilidade das empresas públicas. A nossa atenção voltou-se também para todo o tecido empresarial do setor e para a subsistência das empresas privadas. Defendemos, por isso, a introdução na ordem jurídica europeia de um novo direito conexo para os editores de imprensa, que reconheça o importante papel que desempenham em investir e criar conteúdos jornalísticos de qualidade, o que é essencial para o acesso dos cidadãos ao conhecimento nas nossas sociedades democráticas.

Consequentemente, na ordem jurídica interna, através de alterações à Lei da Cópia Privada, procurámos que os editores de imprensa tivessem acesso às verbas dos pagamentos referentes a suportes e dispositivos de armazenamento, tais como tablets e smartphones, que pela lei de 2015, da responsabilidade do anterior governo, não lhes eram atribuídas, passando do reconhecimento do seu direito enquanto autores à efetiva monetização dos seus direitos.

Quanto à Televisão Digital Terrestre (TDT), assegurámos uma maior quantidade de conteúdos aos utentes (atualmente sete canais, em vias de aumentar para 9) e uma maior diversidade de programação com o aumento de canais, quer públicos quer privados. Com o aumento da oferta de canais concretizada por este Governo assegura-se a viabilidade económica da rede de TDT para o seu detentor e os operadores de televisão passam a pagar menos pela sua utilização, contribuindo decisivamente para a sua sustentabilidade.

3. PROGRAMA ORÇAMENTAL

O programa orçamental da cultura engloba duas grandes áreas, distintas, que para facilidade de análise e comparação com anos anteriores dividimos entre grupo *Cultura* e grupo *Comunicação Social*.

8 O tratamento e análise autónoma destes dois grupos dentro do Programa Orçamental da Cultura é imprescindível, não só para assegurar comparações com o passado (em que a *Comunicação Social* não fazia parte do programa orçamental), como também porque grande parte do orçamento afeto à *Comunicação Social* respeita à RTP financiada pela Contribuição Audiovisual (CAV), que lhe está consignada, não caindo na esfera de uma decisão política relativamente à sua distribuição por organismos.

3.1. Entidades integradas no Programa Orçamental da Cultura

O conjunto de entidades infra são os que estão sob tutela da Ministra da Cultura e que integram o programa orçamental desta área de governação.

ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO DA CULTURA

Serviços Integrados (S.I.)

AICP	Academia Internacional da Cultura Portuguesa
ANBA	Academia Nacional de Belas Artes
APH	Academia Portuguesa da História
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
DGA	Direção-Geral das Artes
DGLAB	Direção-Geral do Livro, Arquivos e das Bibliotecas
DRCALG	Direção Regional de Cultura do Algarve
DRCALT	Direção Regional de Cultura do Alentejo
DRCC	Direção Regional de Cultura do Centro
DRCN	Direção Regional de Cultura do Norte
GABMC	Gabinete do Ministro da Cultura
GABSEC	Gabinete do Secretário de Estado da Cultura
GEPAC	Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais
IGAC	Inspeção-Geral das Atividades Culturais

Serviços e Fundos Autónomos (S.F.A.)

CPMC	Cinematoteca Portuguesa - Museu do Cinema, I.P.
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
FFC	Fundo de Fomento Cultural
FSPC	Fundo de Salvaguarda do Património Cultural
ICA	Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P.

Entidades Públicas Recllassificadas (E.P.R.)

FCCB	Fundação Centro Cultural de Belém
FCOA	Coa Parque - Fundação p/a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa
OPART	OPART - Organismo de Produção Artística, E.P.E.
TNDMII	Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.
TNSJ	Teatro Nacional de São João, E.P.E.
RTP	Rádio e Televisão de Portugal, S.A.

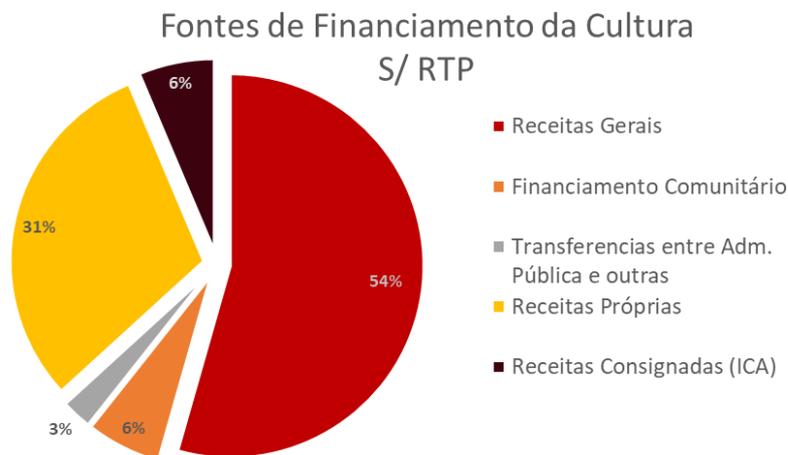
*GEPAC tem nas suas competências a gestão dos Incentivos à Comunicação Social Regional

Note-se que a ausência da LUSA nesta análise resulta do facto de esta entidade não ser reclassificada em contas nacionais, sendo a sua indemnização compensatória paga diretamente pela DGTF – organismo responsável pela função acionista do Estado – não influenciando diretamente Programa Orçamental da Cultura.

Durante toda a análise as comparações são feitas entre orçamentos iniciais.

3.2. Orçamento de Receitas Gerais

Conforme se evidencia no gráfico infra as receitas gerais constituem parte importante do orçamento global das entidades e representam o verdadeiro esforço do Estado, justificando que façamos uma análise autónoma da sua evolução e distribuição.



O plafond de receitas gerais atribuído ao Programa Orçamental da Cultura, e considerado na proposta de OE para 2019, é de 323,4M€ – repartidos entre 133,2 M€ da *Cultura* e 190,2M€ da *Comunicação Social* – dos quais 186,2 M€ resultam da Contribuição Audiovisual (CAV) afeta à RTP e 4 M€ se destinam aos Incentivos à Comunicação Social Regional.

Receitas Gerais ⁽¹⁾				
	2019	2018	Var. 19/18	
	milhões €			
Cultura	133,2	118,0	15,2	↑ 12,9%
C.Social	190,2	188,8	1,4	0,7%
Total Programa	323,4	306,8	16,6	5,4%

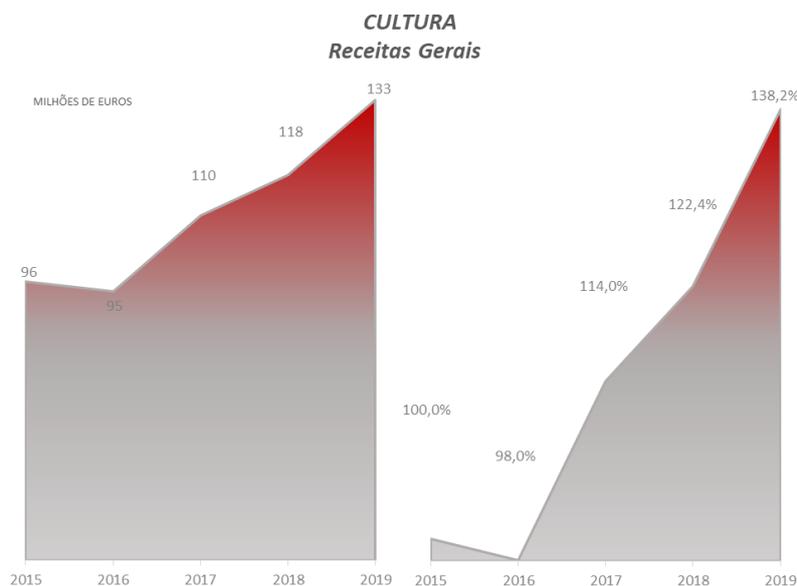
(1) Orçamento diretamente financiado pelas receitas do OE

Este orçamento representa um **crescimento de Receitas Gerais afetas ao orçamento da Cultura de 12,9% (15,2 M€)** face a 2018 cifrando o crescimento da Cultura ao longo desta legislatura nos 38,2% traduzindo o foco na Cultura como área transversal e impulsionadora de qualificação, desenvolvimento social e crescimento.

Na *Comunicação Social* – exclusivamente reportado ao aumento da estimativa de cobrança da CAV – temos mais 1,4 M€ (ou seja, 0,7%) – situação compatível com a atual fase da RTP que tem

um financiamento estável para a sua dimensão abrindo espaço para que se recentrasse na lógica do serviço público, com uma forte componente educativa e cultural e uma lógica de programação diferenciada dos privados.

O esforço feito nas Receitas Gerais da *Cultura* que resulta num aumento, face a 2015¹, de 38,2% (+36,8M€) foi evidente desde o primeiro dia devido às diversas situações de emergência detetadas e foi consistente ao longo da legislatura, com reflexo também em 2019, sendo a área da Cultura a que maior crescimento apresenta no total do Governo.



3.2.1 Entidades e Áreas de intervenção

A distribuição do plafond de Receitas Gerais, em particular do seu aumento, atendeu, evidentemente, às prioridades determinadas em função do exposto no ponto 1. deste documento.

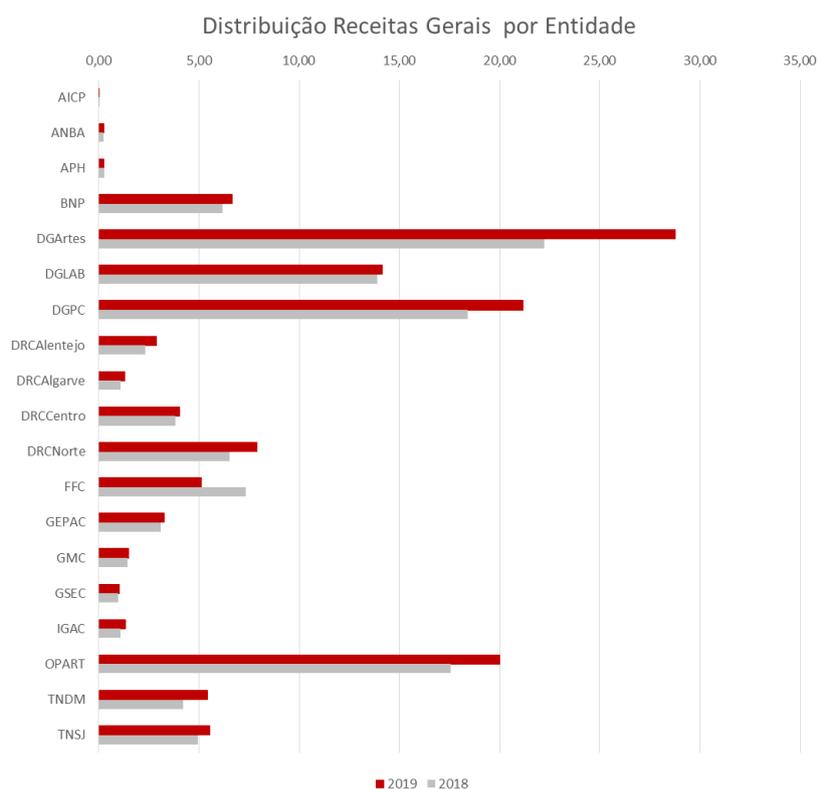
Depois de se ter conseguido com os orçamentos de 2016, 2017 e 2018 repor o funcionamento dos organismos, corrigir algumas situações de recorrente suborçamentação, compensar aumentos de despesa decorrentes da reversão total das reduções remuneratórias e iniciado o incremento do apoio às artes e a reposição gradual dos cortes aos apoios às fundações, em 2019 a distribuição do orçamento é feita de forma a assegurar a operacionalização de prioridades políticas para o setor. O aumento da dotação para as políticas públicas para a *Cultura* em 2019, enquanto área transversal da governação, responde igualmente a um objetivo mais amplo de reforço da qualificação e da cidadania dos portugueses. Em resumo:

- É inaugurado o Museu Nacional da Resistência e da Liberdade a instalar na Fortaleza de Peniche;
- Conclui-se a reinstalação do Museu Nacional da Música (atualmente na Estação de Metro do Alto dos Moinhos) no Palácio Nacional de Mafra;

¹ Obtido através dos mapas de Desenvolvimentos Orçamentais publicados pela DGO

- É aprovado e implementado o modelo de autonomia de gestão dos Museus, Monumentos, Palácios e Sítios Arqueológicos;
- São previstas várias medidas no âmbito da Ação Externa – salienta-se o Festival de Cultura Portuguesa na China / Festival de Cultura Chinesa em Portugal que integrará na China a realização de atividades propostas por vários organismos da Cultura;
- Consolida-se o crescimento dos montantes dos apoios ao terceiro setor, garantido à DGARTES dispor de um montante de 23,8 M€ para os apoios às artes – mais 35% face a 2018 e **mais 74%** quando comparado com os montantes disponibilizados em 2015 (13,7 M€);
- É lançado o Plano Nacional das Artes que se traduz num plano de integração da experimentação e vivência cultural do público escolar assegurando o acesso dos cidadãos a todas as expressões artísticas e funcionará em integração com o Plano Nacional de Leitura e o Plano Nacional de Cinema;
- Partindo do trabalho já desenvolvido pelo grupo de trabalho encarregue de preparar a sua conceção, será iniciada a criação do Arquivo Sonoro Nacional;
- Criar o Fundo de Aquisições de Obras de Arte de Artistas Contemporâneos Portugueses;
- É feita a terceira fase de reposição dos cortes às fundações, resultantes da aplicação da RCM 13-A/2013, de 8 de março assim como das Indemnizações Compensatórias para os Teatros Nacionais.

As opções acima descritas traduzem-se na distribuição por organismo: a DGARTES espelha o aumento dos apoios às artes, a DGPC e as DRCs os investimentos na área do património, os Teatros Nacionais o incremento do seu financiamento para programação. O Fundo de Fomento Cultural reduz as Receitas Gerais que lhe são afetas porque, por um lado, deixou de assegurar parte do financiamento da programação dos Teatros (que terão as suas IC's reforçadas) e por outro, prevê aumentos de receita própria que asseguram a manutenção do seu nível de financiamento (ver ponto seguinte).



3.3. Orçamento Global

O orçamento global consolidado inclui todas as fontes de financiamento – para além das receitas gerais exploradas no capítulo anterior – ou seja, engloba fontes de receita da esfera e responsabilidade dos organismos, como por exemplo bilheteiras, entradas, prestações de serviços, apoios comunitários, etc. – e está corrigido de redundâncias – ou seja, foram eliminadas as duplicações originadas por transferências entre organismos do mesmo programa.

Orçamento Consolidado (todas as FF) ⁽¹⁾

	2019	2018	Var. 19/18	
			milhões €	
Cultura	244,9	216,7	28,2	↑ 13,0%
C.Social	256,4	263,9	-7,5	-2,8%
Total Programa	501,3	480,6	20,7	4,3%

(1) corrigido de redundancias, ou seja, eliminadas as duplicações originadas por transferencias entre organismos do mesmo programa

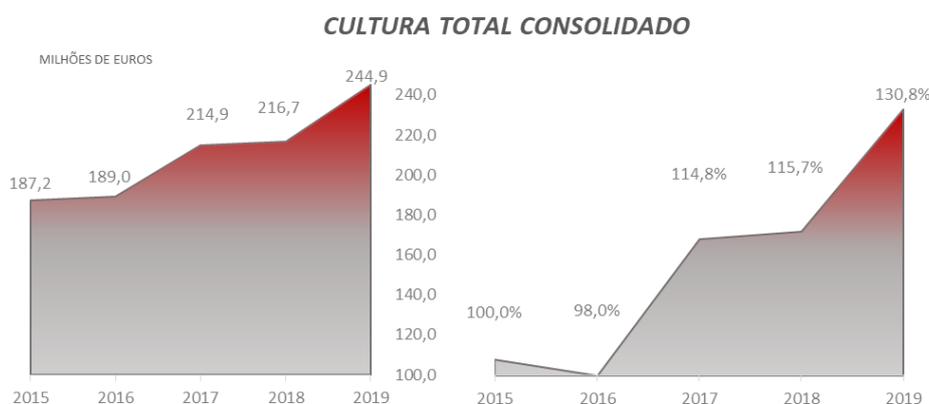
Partindo destes pressupostos verifica-se que as outras receitas, nomeadamente receitas próprias têm uma influência importante nos orçamentos e no peso de cada um. Algumas dessas variações, como veremos mais à frente, são justificadas por alterações estratégicas no funcionamento das entidades e não significam, nem têm impacto, na sua atividade regular e na prossecução dos seus objetivos.

Assim, verificamos que o crescimento do orçamento total da *Cultura* é de 13% e da *Comunicação Social* - 2,8% – redução compreensível uma vez que 2018 foi marcado por uma montante considerável de receitas (próprias) e despesas excecionais na RTP devido à realização do Festival da Canção.

RTP
Orçamento total M€



No gráfico infra vê-se que a *Cultura* cresce também face ao orçamento inicial de 2015² em 30,8% num total de 58M€.



3.3.1. Fontes de Financiamento

A repartição do orçamento global por fontes de financiamento permite aferir que se verifica um aumento assinalável em *Receitas Gerais* (já analisada no ponto 3.2.) – reflexo da evidente aposta do Governo nesta área considerada estratégica e mobilizadora – mas também em todas as outras fontes, demonstrando a capacidade das entidades em potenciar o financiamento direto do Estado.

Distribuição por Fonte Financiamento

	2019	2018	Var. 19/18	
Receitas Gerais	133,2	118,0	15,2	12,9%
Receitas Consignadas (ICA)	15,5	15,1	0,4	2,3%
Receitas Próprias	74,8	69,3	5,5	7,9%
Financiamento Comunitário	15,3	9,1	6,1	67,2%
Transferencias entre Adm. Pública e outras	6,2	5,2	1,0	19,5%
Total Programa	244,9	216,7	28,2	13,0%

milhões €

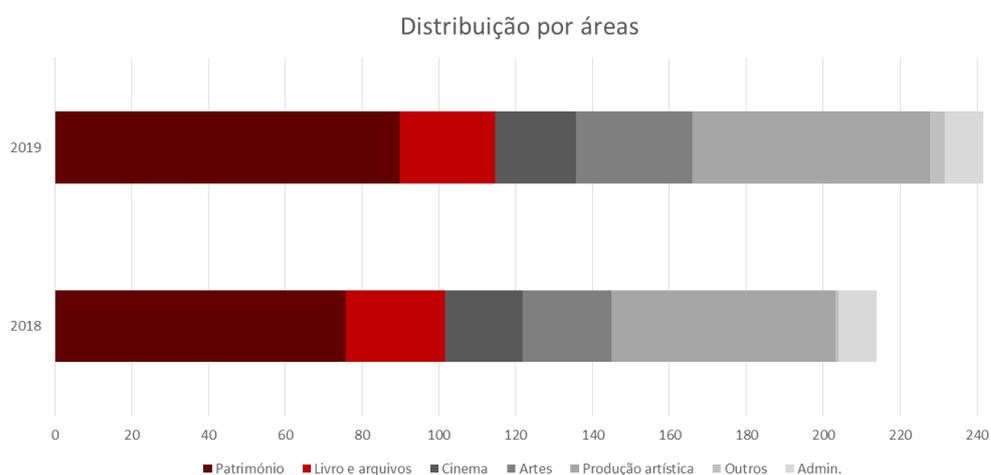
² Obtido através dos mapas de Desenvolvimentos Orçamentais publicados pela DGO

A tendência de crescimento das *Receitas Próprias* mantém-se, com destaque para o contributo das áreas do Património (Museus e Monumentos – DGPC e Direções Regionais de Cultura do Centro e Algarve) e do Fundo de Fomento Cultural (receitas do jogo).

A outra fonte com crescimento assinalável é a de financiamento comunitário. Globalmente seu crescimento é de 67,2% (mais 6,1 M€), salientando-se a concentração desta fonte nos organismos da área do património.

3.3.2. Entidades e áreas de intervenção

O orçamento do Programa Orçamental da Cultura reparte-se pelas entidades – agregadas por área de intervenção – conforme gráfico a baixo, permitindo concluir que, no que ao grupo *Cultura* diz respeito, há proporcionalidade na sua distribuição, com particular ênfase no património e produção artística.



No anexo I encontra-se a tabela discriminada por organismo para uma leitura individual onde se constata que as entidades com maior crescimento são a DGArtes (via receitas gerais para o apoio às artes) a DGPC e as DRCs – devido aos diversos projetos previstos que também concretizamos no ponto seguinte – e os Teatros Nacionais.

Património

O conjunto da DGPC e das DRC cresce no total 20,2% face a 2018. Apesar de esse crescimento ser consistente – repercutindo-se em atividades e consequentemente na sua estrutura –, os projetos sobressaem bastante, quase duplicando face a 2018.

O investimento na área do património é uma das prioridades defendidas que se materializa num aumento de 86,9% no orçamento de projetos das entidades com competência nesta área.

Como se viu no ponto 3.3.1. a *Cultura* tem assegurado financiamentos comunitários estimados em 15,3 M€, dos quais 12 M€ estão concentrados nestas entidades, permitindo estimar um investimento total em projetos na área do património de 21,6 M€.

Projetos de Investimento Património				
	2019	2018	milhões €	
			Var. 19/18	
DGPC	10,20	3,02	7,18	238%
DRCA lentejo	1,86	1,75	0,11	6%
DRCA Algarve	0,37	0,39	-0,02	-5%
DRCCentro	2,18	1,44	0,74	51%
DRCNorte	7,03	4,97	2,05	41%
	21,6	11,6	10,1	86,9%

Estão aqui previstos projetos diversos – em dimensão e características das intervenções a levar a cabo - como por exemplo:

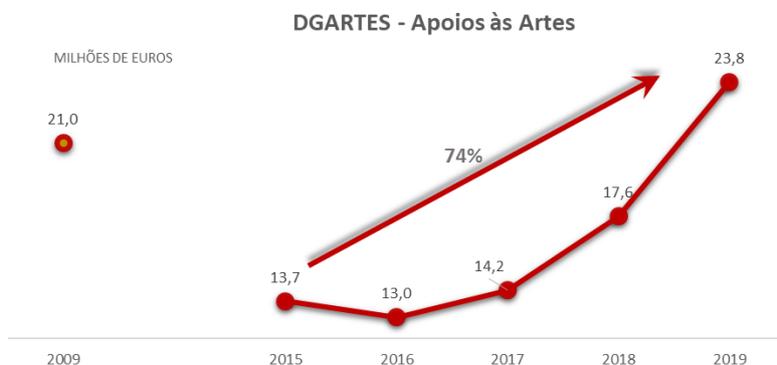
- Instalação do Museu Nacional da Música no Palácio Nacional de Mafra
- Recuperação e Valorização da Fortaleza de Peniche
- Recuperação e Valorização da Sé Patriarcal de Lisboa
- Convento de Cristo
- Mosteiro de Alcobaça
- Mosteiro da Batalha
- Museu Nacional Machado de Castro – Igreja de S. João de Almedina
- Requalificação das Ruínas do Museu Monográfico de Conimbriga
- Museu de Évora
- Conservação das reservas arqueológicas e museológicas de S. Bento de Castris
- Programa de exposições e ativação cultural no mosteiro de S. Bento de Castris, Mosteiro da Flor e na casa-atelier João Cutileiro
- Programa de exposições e ativação cultural no mosteiro de S. Bento de Castris, Mosteiro da Flor e na casa-atelier João Cutileiro
- Centro Expositivo da Fortaleza de Sagres
- Igreja Santa Clara do Porto
- Rota Castelos a Norte
- Rota das Catedrais a Norte
- Rota Mosteiros a Norte
- Dias do Património a Norte
- Vale do Varosa II

Da mesma forma, o aumento de orçamento afeto às atividades procura dar resposta às necessidades dos Museus e Monumentos, destinando-se por um lado à sua organização no âmbito da autonomia de gestão planeada para entrar em vigor no próximo ano e, por outro, a assegurar maiores orçamentos para a programação desses equipamentos.

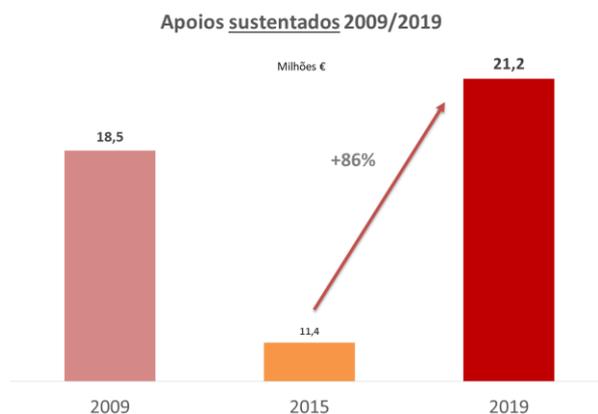
Artes

O orçamento da DGArtes aumentou 70% nesta legislatura (+11,8M€).

Dentro do orçamento da DGArtes, os apoios às artes aumentaram 74% sendo que em 2019 se cresceram 35% face ao orçamento inicial de 2018 superando em 3,8M€ (+13%) os níveis de 2009.



Se nos focarmos nos apoios sustentados (bienais e quadrienais) verificamos que crescem 86% (+9,8M€) nesta legislatura e superam em 2,7M€ (+15%) os valores de 2009.



Foi também decidida a constituição de um fundo de aquisições de arte contemporânea para 10 anos, com um investimento mínimo de 300 mil euros/ano, com o objetivo de apoiar a produção de artistas portugueses contemporâneos.

Cinema

As duas entidades com responsabilidades na área do Cinema – ICA e Cinemateca – aumentam no conjunto os seus orçamentos em 9,8% face a 2018. Concursos a lançar em 2019 pelo ICA terão uma verba semelhante à de 2018 (18,9M€) sendo a sua evolução desde 2015 de +6%/1,1M€.

Teatros Nacionais e CNB

Com a celebração dos contratos-programa, que não existiam desde 2011, são definidas de forma clara as obrigações de serviço público, o quadro de financiamento plurianual e os objetivos e metas destes organismos, estão, assim, criadas as condições para que os teatros nacionais e a CNB cumpram a sua missão de forma estável (cfr. previsto no programa de governo).

O apoio do Estado aos teatros nacionais e CNB cresceu 29% (+7M€) durante a presente legislatura, em 2019 o valor é superior ao de 2011 (+4M€/ +15%).



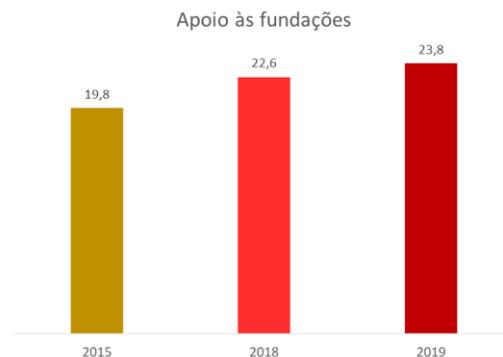
Livro, Arquivos e Bibliotecas

Desde 2015 a Biblioteca Nacional teve um crescimento de 33,7% no seu orçamento de Receitas Gerais justificado pela necessidade de mitigação da suborçamentação dos anos anteriores, que levou a uma degradação evidente das condições de funcionamento da instituição permitindo finalmente iniciar a recuperação da Biblioteca de Évora – que integra uma área classificada como património mundial e apresentava graves problemas na cobertura, com infiltrações permanentes, colocando em risco muito elevado a segurança e conservação de um vasto património bibliográfico antigo, que abrange materiais desde o séc. XII., cuja intervenção começou este ano e se pretende concluir em 2019.

A DGLAB apresenta uma evolução que não difere da generalidade das entidades, o seu orçamento tem crescido (+16,5%) para numa primeira fase estabilizar o funcionamento sendo que nos últimos 2 anos se verifica um crescimento claro em projetos (+30%), para fazer face a projetos de carácter estável – requalificação de arquivos distritais, qualificação de serviços de biblioteca, promoção do livro, continuidade digital, projeto ÍCONE³ etc. – mas também projetos de carácter pontual – como a Feira de Guadalajara em 2018 e o Festival Portugal-China ou a presença de Portugal na Feira do Livro de Leipzig em 2019.

Fundações

Manteremos em 2019 o plano de reversão do corte às fundações determinado em 2013 pela RCM n.º13-A/2013, aumentando o financiamento a estas entidades em 6% face a 2018



³ Renovação da arquitetura de informação da DGLAB

Comunicação Social

Como referido no início deste capítulo, a LUSA não influencia o orçamento do Programa Orçamental da Cultura uma vez que não é reclassificada. Ou seja, o pagamento da sua Indemnização Compensatória está refletida no Orçamento de Estado na DGTF – entidade que exerce a função acionista do Estado.

A área da *Comunicação Social* não apresenta variações orçamentais significativas. O financiamento público da RTP está estabilizado devendo o nosso foco ser na clara definição do papel desta entidade como instrumento de promoção da língua portuguesa, de contacto com as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e de apoio à criação, promovendo a diversificação cultural e a formação de públicos

3.3.3. Tipo de serviço e orçamento

A repartição do orçamento global por subsectores revela que os aumentos são equilibrados apenas se destacando as *Entidades Públicas Reclassificadas (E.P.R.)* devido ao impacto, já abordado, do decréscimo de receitas próprias da RTP (que sofreu um pico em 2018 devido ao Festival Eurovisão da Canção).

A aparente redução nas *Atividades dos Serviços Integrados* é justificada pela alteração na contabilização de 2M€ dos financiamentos às Orquestras Regionais que passam em 2019 a ser classificados em *Projetos*.

Distribuição por tipo de serviço e tipo de orçamento				
	2019	2018	Var. 19/18	
			milhões €	
Serviços Integrados	100,9	88,6	12,3	13,9%
ACTIVIDADES	52,0	53,1	-1,1	-2,0%
PROJETOS	48,9	35,5	13,4	37,7%
Serviços e Fundos Autónomos	93,1	81,3	11,9	14,6%
ACTIVIDADES	82,4	78,2	4,3	5,5%
PROJETOS	10,7	3,1	7,6	244,6%
Entidades Públicas Reclassificadas	307,3	310,8	-3,5	-1,1%
ACTIVIDADES	307,3	310,8	-3,5	-1,1%
Total Programa	501,3	480,6	20,7	4,3%
ACTIVIDADES	441,7	442,0	-0,3	-0,1%
PROJETOS	59,6	38,6	21,0	54,4%

Damos conta mais uma vez do aumento significativo em *Projetos* – 54,4% no total – que é afetado por duas vias: aumento das linhas de apoios às artes (através da DGARTES) e aumento dos investimentos na área do património com a DGPC e as DRC a reforçar a sua capacidade de intervenção no património que têm a seu cargo, aumentando o orçamento afeto a projetos (com particular destaque da DGPC e da DRCNorte).

3.3.4. Natureza da Despesa

A análise do tipo de despesa atesta o que vem sendo referido – aumento dos investimentos e reforço de linhas de apoio com respetivo reflexo em aumentos nos agrupamentos de Aquisição de bens de Capital, Subsídios e Transferências Correntes respetivamente.

Vale a pena nesta análise isolar a *Cultura da Comunicação Social* para que se perceba que há também uma aposta relativamente aos recursos humanos afetos a organismos da *Cultura* e na sua capacidade de resposta a necessidades de funcionamento traduzidos no aumento dos agrupamentos de *Pessoal e Aquisição de Bens e Serviços*.

Distribuição por agrupamento de despesa				
Cultura				
	2019	2018	milhões €	
			Var. 19/18	
Despesas com pessoal	88,5	82,4	6,0	7,3%
Aquisição de bens e serviços	50,5	47,7	2,8	5,8%
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,0	0,0%
Subsídios	11,3	10,8	0,5	4,9%
Transferências correntes	51,3	43,6	7,7	17,7%
Outras despesas correntes	8,7	7,5	1,3	16,7%
Aquisição de bens de capital	29,5	19,2	10,2	53,1%
Transferências de capital	1,0	1,0	0,0	0,0%
Ativos financeiros	4,2	4,5	-0,3	-6,7%
Passivos financeiros				
Total Programa	244,9	216,7	28,2	13,0%

O efetivo aumento da capacidade de funcionamento e atividade dos organismos na parte que depende do reforço dos seus recursos humanos inevitavelmente passará pelo preenchimento dos lugares de quadro até agora por preencher e também pelo previsto aumento dos quadros de pessoal – em 2019 o quadro de pessoal da Cultura **umenta em 201 postos** face a 2018 (+9,1%) e 348 postos face a 2015 (+17%).

Há neste aumento 154 postos que resultam do PREVPAP e 21 novos postos de trabalho previstos para o futuro Museu de Peniche.

ANEXO I – ORÇAMENTO DE RECEITAS GERAIS POR ENTIDADE 2019 E 2018

20

**Distribuição por entidade
Receitas Gerais**

	2019	2018	milhões €	
			Var. 19/18	
GEPAC (Incentivos à C.S. Regional)	4,00	4,00	0,0	0,0%
RTP	186,20	184,84	1,4	0,7%
C.Social Total	190,2	188,8	1,4	0,7%
AICP	0,03	0,03	0,0	0,0%
ANBA	0,26	0,22	0,0	17,1%
APH	0,27	0,26	0,0	1,9%
BNP	6,65	6,19	0,5	7,5%
DGArtes	28,75	22,23	6,5	29,3%
DGLAB	14,16	13,90	0,3	1,8%
DGPC	21,18	18,42	2,8	15,0%
DRCAentejo	2,88	2,33	0,5	23,3%
DRCAlgarve	1,31	1,10	0,2	19,5%
DRCCentro	4,03	3,83	0,2	5,1%
DRCNorte	7,88	6,54	1,3	20,5%
FFC	5,13	7,33	-2,2	-30,0%
GEPAC	3,28	3,11	0,2	5,6%
GMC	1,49	1,42	0,1	5,0%
GSEC	1,02	0,99	0,0	2,8%
IGAC	1,34	1,09	0,3	22,8%
OPART	20,01	17,56	2,5	14,0%
TNDM	5,42	4,21	1,2	28,9%
TNSJ	5,55	4,95	0,6	12,0%
Reserva Orçamental	2,56	2,28	0,3	12,0%
Cultura Total	133,2	118,0	15,2	12,9%
Total Programa	323,4	306,8	16,6	5,4%

ANEXO II – ORÇAMENTO TOTAL POR ENTIDADE 2019 E 2018

Distribuição por entidade

	2019	2018	milhões €	
			Var. 19/18	
GEPAC (Incentivos à C.S. Regional)	4,0	4,0	0,0	0,0%
RTP	252,4	259,9	-7,5	-2,9%
C.Social Total	256,4	263,9	-7,5	-2,8%
AICP	0,03	0,03	0,0	0,0%
ANBA	0,7	0,7	0,0	5,5%
APH	0,3	0,3	0,0	1,2%
BNP	7,0	6,7	0,2	3,6%
CINEMATECA	4,7	4,2	0,6	13,2%
COA P	1,9	1,6	0,3	17,8%
DGArtes	28,8	22,2	6,5	29,3%
DGLAB	16,7	16,3	0,4	2,5%
DGPC	50,1	40,8	9,3	22,9%
DRCAentejo	4,2	3,9	0,3	7,5%
DRCA Algarve	5,0	4,8	0,1	2,8%
DRCentro	5,9	5,0	0,9	18,8%
DRCNorte	15,3	12,4	2,8	22,9%
FCCB	17,3	16,8	0,5	2,9%
FFC	31,7	32,0	-0,3	-1,0%
FSPC	0,4	0,4	0,0	0,0%
GEPAC	3,4	3,7	-0,3	-7,7%
GMC	1,5	1,4	0,1	5,0%
GSEC	1,0	1,0	0,0	2,8%
ICA	16,3	16,0	0,3	1,7%
IGAC	4,2	3,8	0,5	12,7%
OPART	22,4	21,1	1,3	6,1%
TNDM	7,3	5,9	1,3	22,3%
TNSJ	6,4	5,4	1,0	18,6%
Reserva Orçamental	2,6	2,3	0,3	12,0%
Consolidação	-10,0	-12,0	2,0	-16,5%
Cultura Total	244,9	216,7	28,2	13,0%
Total Programa	501,3	480,6	20,7	4,3%